

SÃO PAULO TURISMO S/A
CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

**INFORMAÇÕES AOS ACIONISTAS PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DE 2018, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº
481/2009**

Prezados Senhores,

Tendo em vista que será convocada **Assembleia Geral Ordinária** para às **10:00h do dia 25 de abril de 2018**, a São Paulo Turismo S.A. (“SPTURIS” ou “Companhia”), por meio de seu Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, vem, nos termos do artigo 9º da ICVM 481/09, colocar à disposição dos srs. acionistas os seguintes documentos:

- a) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo (art. 9º, I, da ICVM 481/09 e art. 133, I, da Lei nº 6.404/04) – **doc. 01 (páginas 10 a 15)**;
- b) Cópia das demonstrações financeiras (art. 9º, II, da ICVM 481/09 e art. 133, II, da Lei nº 6.404/04) – **doc. 01**;
- c) Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (art. 9º, III, da ICVM 481/09 – **doc. 02**;
- d) Parecer dos auditores independentes (art. 9º, IV, da ICVM 481/09 e art. 133, III, da Lei nº 6.404/04) – **doc. 01 (páginas 3 a 7)**;
- e) Parecer do conselho fiscal, inclusive voto dissidente (art. 9º, V, da ICVM 481/09 e art. 133, IV, da Lei nº 6.404/04) – **doc. 01 (página 38 e doc. anexo)**;
- f) Boletim de voto à distância a que se refere o art. 21-F da ICVM 481/09 (art. 9º, VI, da ICVM 481/09) – **doc. 03**; e
- g) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP – **doc. 04**.

DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação ao inciso II do Parágrafo Único do art. 9º da ICVM 481/09, a SPTURIS informa que, no que tange à destinação do lucro líquido do exercício, a proposta quanto à referida destinação resta prejudicada, tendo em vista os prejuízos acumulados nos últimos três exercícios sociais e devidamente evidenciados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em

31.12.2017. Por essa razão, não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-11 da Instrução CVM nº 481/09, referentes à destinação do Lucro Líquido.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

I. Convocação para a AGO

A Companhia informa, ainda, que o Edital de Convocação para a AGO de 2018, com a sua respectiva pauta, será publicado nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/76, com a antecedência necessária e legalmente prevista.

II. Participação do Acionista na AGO de 2018

A participação dos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou, ainda, via boletim de voto à distância.

II.a Participação Presencial:

Detentores de ações: conforme disposto na Instrução CVM nº 481/2009, art. 5º, os acionistas que pretendam participar da AGO/2018, pessoalmente ou por meio de procuradores, deverão apresentar, até às 10h do dia 23.04.2018 (02 dias de antecedência da realização da AGO/2018), na Av. Olavo Fontoura, 1209, Portão 35, Sede Administrativa, São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Órgãos Colegiados, os seguintes documentos:

- documento de identificação com foto; e
- extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia.

Acionistas pessoas jurídicas:

- cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ex.: ata de eleição de diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia; e
- no caso de fundos de investimento, devem ser apresentados: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração) e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

II.b Acionistas representados por procuração

- além dos documentos acima indicados, procuração com firma reconhecida, a qual deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6404/7;
- os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais; e
- documento de identificação do procurador com foto.

II.c Acionistas Estrangeiros

- acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notariados e traduzidos na forma juramentada.

Em atenção ao disposto no art. 4 da Instrução CVM nº 481/2009, art. 141 da Lei nº 6.404/76, e tendo em vista, ainda, o disposto na Instrução CVM nº 165/1991, alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

Por fim, de acordo com o art. 19 da Lei nº 13.303/16, o acionista minoritário poderá eleger um membro para o Conselho de Administração da Companhia.

II.d Boletim de Voto à Distância

Os acionistas que optarem por realizar seus votos por meio de Boletim de Voto à Distância, que fora disponibilizado na data de hoje, por meio do sistema de Assembleias Digitais da BM&FBovespa e do Empresas.Net, deverá atentar-se às instruções abaixo.

O acionista que optar por exercer o direito de voto à distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- a) **Acionistas com posição acionária em livro escritural**: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaui.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.

- b) **Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora:** deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- c) **Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante):** basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Caso o acionista queira enviar a sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverá fazê-lo até o dia 18.04.2018 (7 dias antes da data da assembleia, conforme a ICVM 481/09), por meio de envio ao e-mail da Secretaria dos Órgãos Colegiados, rebecca.nascimento@spturis.com, com cópia para o Diretor Financeiro, Sr. Mário Brescancini Bello, e-mail mario.bello@spturis.com e o Gerente de Controladoria, Sr. Domingos Ferronato, e-mail domingos.ferronato@spturis.com, considerando-se recebido mediante confirmação de recebimento eletrônico.

Serviços de Escrituração:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
São Paulo/SP

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 7209285 (demais localidades)
O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h
E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Atenciosamente,

São Paulo, 23 de março de 2018.

MÁRIO BRESCANCINI BELLO
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores



DOC. 02 ANEXO ÀS INFORMAÇÕES AOS ACIONISTAS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

Como parte das informações prestadas aos acionistas, delineada em observância ao inciso III, do art. 9º, da Instrução CVM nº 481/2009, os “Comentários dos Administradores” deverão ser apresentados sobre a situação financeira da Companhia, e, por sua vez, devem ter o formato definido nos termos do item 10 do anexo 24, Conteúdo do Formulário de Referência, o qual é regulamentado na Instrução CVM 480/2009.

Portanto, na ordem do item 10 do citado Anexo 24 da Instrução CVM nº 481/2009:

10. – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Comentários

As informações financeiras apresentadas neste item refletem os dados relativos às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e auditadas e revisadas pela Berkan Auditores Independentes S/S, em 2017 e 2016, e pela Bazzaneze Auditores Independentes S/S, em 2015.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir apresentamos os índices que comprovam a situação Financeira da Companhia.

Índices de Liquidez			
	2017	2016	2015
Corrente	1,05	0,65	0,90
Seca	1,04	0,63	0,89
Geral	0,24	0,14	0,34

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da Companhia frente às suas obrigações. Pelos índices de liquidez corrente e seca, percebemos que a Companhia apresentou redução em seu índice de liquidez no período de 2015 para 2016 e uma recuperação de 2016 para 2017. Os motivos para tanto foram (i) a redução das receitas decorrentes de cessionários das áreas do Complexo do Anhembi, em razão da migração destes para áreas da concorrência, e (ii) a insegurança de referidos cessionários em trazer novos eventos de longo prazo ao Complexo do Anhembi, tendo em vista as divulgadas renovações e obras que ocorreriam no Projeto Novo Anhembi, projeto este que foi, no entanto, revogado em 2017. Ocorre que ainda restam incertezas por parte dos

cessionários, tendo em vista o processo de privatização da Companhia, ora em andamento. No mais, a recuperação do índice é justificada, principalmente, pelos aportes efetuados pela acionista majoritária durante o transcorrer do ano de 2017, num total de R\$ 41.770 mil.

Além do acima exposto, importante ressaltar que a Companhia deve submeter suas compras e gastos com mão de obra a procedimentos licitatórios. Nesse sentido, os materiais necessários às atividades da Companhia devem ser dimensionados em lotes econômicos, que se adequem às necessidades futuras da Companhia. Tal processo gera a imobilização de recursos, em razão da necessidade da manutenção de estoques. Assim, os serviços e mão de obra devem estar sempre à disposição, a fim de que aqueles recursos não faltem quando necessários à consecução das atividades da Companhia, o que acaba por gerar, portanto, custos fixos substanciais, necessários para a operação as atividades da Companhia.

Ressalta-se que o dimensionamento destas necessidades deve considerar um prazo de fornecimento relativamente longo, a fim de que os recursos estejam sempre disponíveis, principalmente nas transições decorrentes do término de vigência de contratos. Nesse sentido, antes do término da vigência dos contratos, já deve ter sido iniciado novo processo de licitação, visando à permanência de disponibilidade do que fora antes contratado, para a consecução das atividades a que se destina.

No mais, pelo índice de liquidez geral, a redução relevante, em 2016, também decorre do provisionamento do processo judicial movido pela empresa SPTrans.

Índices de Endividamento			
	2017	2016	2015
Geral	69	79	61

O índice de endividamento revela o montante de recursos de terceiros que estão sendo utilizados. No entanto, em 2016 e 2017, as variações decorreram principalmente das estimativas das provisões para contingências.

b) Estrutura de capital

A composição das dívidas de longo prazo com terceiros são, em geral, as que correspondem à estrutura de capital de uma empresa, sendo que na SPTURIS são as seguintes:

Descrição	Item	2017	2016	2015
Empresas /Entidades do município	1	3.070	4.551	5.692
Obrigações tributárias	2	72.507	70.148	65.935
Cessões de	3	-	-	10.949

áreas a serem realizadas				
Provisões para contingências	4	55.352	69.543	12.894
Receitas diferidas	5	21.884	23.186	24.601
		152.813	167.428	120.071

Entendemos, no nosso melhor conhecimento, que nenhum dos itens constantes da estrutura de capital relacionados acima teve como origem o condão de aumentar o valor da Companhia, se não vejamos:

Item 1: É decorrente do parcelamento do INSS em bloco das entidades municipais e dos ajustes finais, pois algumas empresas pagaram pelas outras, restando dívidas entre elas;

Item 2: Também é decorrente de parcelamento de tributos municipais em atraso;

Item 3: Embora se denote recurso operacional, a contrapartida é um “contas a receber”, ou seja, não houve ingresso de recursos, e o último saldo é de 2015;

Item 4: Não se trata de um financiamento, mas sim de obrigações por fatos consumados, não visando a investimentos com finalidades de prospecção de receitas;

Item 5: Trata-se de receitas diferidas, obtidas pelo perdão ou redução de multas e encargos de mora de tributos municipais, os quais são reconhecidos à medida que a dívida mencionada no item 2 é paga.

Pelo fato da SPTURIS ser de uma sociedade de economia mista, com relação à composição da conta de adiantamentos para futuro aumento de capital, também entendemos, no nosso melhor conhecimento, que esta deva ser levada em conta quando se trata da análise de estrutura de capital.

Apresenta-se a seguinte evolução da conta de adiantamentos para futuro aumento de capital, desde 01/01/2014:

Data	Descrição	Valor
31/12/2013	Saldo na data	17.409.199,86
27/06/2014	Emissão de 604.234 ações ordinárias referente a aportes efetuados pela PMSP entre 02/2012 e 09/2013	(17.407.981,54)
23/12/2016	Adiantamento recebido da PMSP	6.000.000,00
27/04/2017	Adiantamento recebido da PMSP	5.000.000,00
30/05/2017	Adiantamento recebido da PMSP	2.700.000,00
28/06/2017	Adiantamento recebido da PMSP	5.000.000,00
23/08/2017	Adiantamento recebido da PMSP	7.300.000,00
11/12/2017	Adiantamento recebido da PMSP	21.770.000,00
31/12/2017	Saldo na data	47.771.218,32



Os recentes aportes de capital por parte da PMSP vieram a ser necessários devido aos recorrentes cancelamentos de contratos de locações no Pavilhão de Exposições, a partir de 2015, com efeitos em 2016 e 2017. Isto foi motivado, como anteriormente mencionado, por (i) clientes em busca de instalações concorrentes e em melhores condições de infraestrutura, bem como (ii) incertezas, da parte de referidos clientes, quanto aos possíveis projetos de reforma das instalações.

A dispersão de clientes para outros locais também pode indicar que o mercado de espaços para grandes exposições amadureceu, tendo passado a oferecer mais opções, a preços mais competitivos e em melhores condições de infraestrutura.

Além disso, a incorporação de atividades inerentes à uma secretaria municipal, com finalidade de fomento ao turismo, pode levar a entender que os investimentos em infraestrutura ao longo dos anos restaram prejudicados, em função da ampliação dos custos fixos. Ocorre que é por esse mesmo motivo que a SPTURIS passou a fazer jus a recursos mais relevantes, principalmente advindos do Governo Federal, e que foram aplicados em reformas e infraestrutura do Complexo do Anhembi, fato que tem contribuído para uma gradual recuperação das atividades comerciais da Companhia.

Nesse sentido, o aporte de recursos é motivado pelo papel que a atividade da Companhia exerce como fator incremental de geração de atividade econômica, renda e emprego para a cidade de São Paulo.

Entendemos, assim, no nosso melhor conhecimento, que, pelo nível de despesas com pessoal em 2017, (que foi de R\$ 59.488 mil e que representou 50,5% da receita líquida, de R\$ 117.679), ainda é prematuro afirmar que a SPTURIS esteja se encaminhando para tornar-se dependente da PMSP, e isto mesmo com a queda das receitas provenientes de cessões de áreas do pavilhão, pois que suas receitas não dependem totalmente do orçamento municipal, podendo ser buscadas pela iniciativa empresarial e desenvolvimento de novas oportunidades comerciais.

Por fim, a permanência de clientes para certos serviços não raro indicam as suas respectivas capacitações e/ou exclusividades, e são fatores que, se adequadamente explorados, podem ampliar a margem de contribuição para a SPTURIS. A permanência de clientes tem ocorrido mais com relação às Secretarias de Prefeitura, sendo que os serviços realizados são, normalmente, eventos de referidas Secretarias.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as obrigações contratuais da Companhia previstas nos seus financiamentos (parcelamentos de tributos) estão sendo regularmente cumpridas.

	2017	2016	2015
Ativos financeiros			
Caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata	33.216	14.265	31.150



Clientes	10.729	9.757	21.755
Tributos a recuperar	2.602	4.118	4.009
	46.547	28.140	56.914
Passivos financeiros			
Obrigações trabalhistas	12.106	7.520	6.804
Obrigações tributárias	5.399	9.835	10.191
Fornecedores	9.983	9.603	17.086
Partes relacionadas	1.623	1.636	24
	29.111	28.594	34.105
Proporção de ativo financeiro em relação ao passivo financeiro	1,60	1,11	1,67

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, utilizadas

A Companhia não contraiu financiamentos para capital de giro ou para investimentos junto a instituições financeiras para o período de 2015 a 2017. Todos os recursos são provenientes de suas atividades operacionais de aporte de recursos pela acionista majoritária, ou, ainda, de convênios federais, sendo, neste último caso, para investimentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não é descartada a possibilidade de buscar recursos em instituições financeiras para que a Companhia mantenha conta corrente de depósitos à vista.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os parcelamentos existentes são os descritos abaixo:

Dívidas	2017	2016	2015	Grau de subordinação
Parcelamento	4.693	6.187	5.692	Garantia não

PMSP /Empresas PMSP- INSS				exigida
Parcelamento IPTU/ISS Lei Municipal 14.129/06	70.410	67.430	62.568	Garantia não exigida
Receita Diferida ISS/IPTU	21.884	23.185	24.601	Garantia não exigida
	96.987	96.802	92.861	

O grau de subordinação é o mesmo, tendo em vista que não foram exigidas garantias para as dívidas do quadro acima.

Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S.A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação, o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S.A. um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902 mil. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo S.A. ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 4.693 mil.

Parcelamento ISS/IPTU

Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, pelo qual as obrigações, desde 1991, para o IPTU, e, desde 1997, para o ISS, foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Todos os pagamentos são feitos via débito automático e estão regulares, tendo sido pagas 138 parcelas até 31/12/2017, e a taxa de crescimento da dívida está em fase decrescente.

Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal nº 14.129/06, relativos aos tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento. Conforme as parcelas são pagas, o respectivo benefício é reconhecido em receita.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nos termos do art. 23 do Estatuto Social da Companhia, os atos de alienação de bens do ativo, adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, dependem de autorização prévia do Conselho de Administração.

De igual modo, contrair obrigações financeiras, superiores, individualmente, à 10% do capital social, também precisam de aprovação do Conselho de Administração.

No âmbito do projeto de privatização, liderado pela Secretaria Municipal de Desestatização, a Companhia, em 06/02/2018, publicou fato relevante acerca da Lei nº 16.766/2017, sancionada pelo Prefeito de São Paulo, em 20/12/2017, que autoriza a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A., iniciativa a ser realizada no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Para a efetivação da operação em referência, foi publicado, no Diário Oficial da Cidade, do dia 03/02/2018, edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Nesse sentido, a Administração Municipal promoverá a ampla divulgação das informações relativas à operação, mediante a publicação, no Diário Oficial da Cidade, de sua justificativa e dos elementos que permitam a análise da situação econômica, financeira e operacional da Companhia.

Os recursos auferidos com a alienação da participação societária serão destinados, exclusivamente, ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social – FMD, com destinação obrigatória de, no mínimo, 20% dos recursos para investimentos na Zona Norte da cidade de São Paulo, nas áreas definidas no art. 6º da Lei nº 16.651, de 16/05/2017.

A contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S.A. é feita pela Prefeitura do Município de São Paulo, a partir da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, que fornece link direto pela Internet a divulgação da licitação

na modalidade pregão eletrônico, Nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, Ordem de Compra OC nº 801025801002018OC00001, realizada em 28/02/2018 na Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP, com critério de julgamento de menor preço

Em 13/03/2018 foi homologado o pregão e feita a adjudicação à empresa Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda. pelo valor de R\$ 1.850.000,00.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui dívidas por empréstimos ou financiamentos tomados com bancos. Possui, unicamente, dívidas relativas a parcelamentos relacionadas a tributos, sendo estes, apenas, no âmbito municipal.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	2.017	AV	2.016	AV	2.015	AV
Ativo	285.124	100%	266.614	100%	300.930	100%
Circulante	47.176	17%	29.129	11%	58.204	19%
Caixa e equivalentes caixa	33.216	12%	14.265	5%	31.150	10%
Clientes	10.729	4%	9.757	4%	21.755	7%
Almoxarifado	394	0%	685	0%	687	0%
Outros valores a receber	2.837	1%	4.422	2%	4.554	2%
Despesas antecipadas	0	0%	0	0%	58	0%
Não Circulante	237.948	83%	237.485	89%	242.726	81%
Realizável à longo prazo	1.296	0%	720	0%	5.272	2%
Imobilizado	234.753	82%	234.963	88%	237.367	79%
Intangível	1.899	1%	1.802	1%	87	0%

	2.017	AV	2.016	AV	2.015	AV
Passivo	285.124	100%	266.614	100%	300.930	100%
Circulante	44.749	16%	45.171	17%	64.721	22%
Acordo PMSP/INSS / Empr. Munic.	1.623	1%	1.636	1%	24	0%
Fornecedores	9.983	4%	9.603	4%	17.086	6%
Obrigações trabalhistas	12.106	4%	7.520	3%	6.804	2%

Obrigações tributárias	5.399	2%	4.627	2%	6.017	2%
Adiantamentos de clientes	11.271	4%	16.351	6%	26.600	9%
Outras exigibilidades	4.367	2%	5.434	2%	8.190	3%
Não Circulante	152.813	54%	167.428	63%	120.071	40%
Acordo PMSP/INSS / Empr. Munic.	3.070	1%	4.551	2%	5.692	2%
Cessões de áreas a realizar	0	0%	0	0%	10.949	4%
Obrigações tributárias	70.148	25%	70.148	26%	65.935	22%
Provisões para contingências	55.352	19%	69.543	26%	12.894	4%
Receita Diferida – ISS/IPTU	21.884	8%	23.186	9%	24.601	8%
Patrimônio Líquido	87.562	20%	54.015	20%	116.138	39%
Capital social	149.199	52%	149.199	56%	149.199	50%
Reservas de Capital	60.293	21%	6001	2%	1	0%
Reserva de reavaliação	119.307	42%	120.283	45%	121.262	40%
Prejuízos acumulados	-241.237	-85%	-221.468	-83%	-154.324	-51%

A seguir estão descritas as principais variações nas contas patrimoniais:

Ativo Circulante

2017 em relação a 2016

Verificou-se aumento nas disponibilidades. O motivo mais relevante pode ser atribuído aos aportes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo.

2016 em relação a 2015

Verificou-se redução nas disponibilidades e nas contas a receber de clientes. O motivo mais relevante ainda são os efeitos da perda de clientes cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para espaços da concorrência, e em razão da apresentação de incertezas por parte de alguns clientes quanto às reformas divulgadas pelo projeto Novo Anhembi, o qual foi revogado. Outrossim, tem-se noticiado a privatização da SPTURIS, sendo que há evidências de ações concretas neste sentido, o que justifica a cautela, neste momento, (i) por parte de clientes que organizam eventos de longa maturação, e que



ocupam as maiores áreas, representando as maiores receitas e margens, e, ainda, (ii) a de eventuais investidores/parceiros privados.

2015 em relação a 2014

Verificou-se redução nas disponibilidades e nas contas a receber de clientes. O motivo mais relevante foi a migração de cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para áreas da concorrência.

Ativo não Circulante

2017 em relação a 2016

Em 2017 foram aplicados R\$ 6.818 mil em obras em andamento, com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

2016 em relação a 2015

Em agosto de 2013, foi assinado o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, acordado com o Ministério do Turismo para transferência de recursos financeiros até o montante de R\$ 60.000 mil por parte da União, para a execução de reforma e melhorias do Complexo do Anhembi, no âmbito do Programa TURISMO, Ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, com base na Lei nº 11.578/2007 – Programa de Aceleração do Crescimento. Até 31/12/2016, haviam sido aplicados R\$ 4.406 mil.

A redução no realizável a longo prazo refere-se, principalmente, a baixa de depósitos judiciais.

Por fim, no ativo intangível, foram apropriados gastos com a implantação do sistema integrado ERP Totvs/Protheus.

2015 em relação a 2014

Verificou-se redução nas contas a receber a longo prazo de clientes. O motivo mais relevante foi a migração de cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para áreas da concorrência.

Passivo Circulante

2017 em relação a 2016

Em 2017, foram reconhecidas provisões para reajustes salariais e encargos rescisórios de comissionados.

2016 em relação a 2015

Em janeiro de 2003, o INSS havia consolidado a dívida da Prefeitura Municipal de São Paulo, na qual incluía a dívida da SPTURIS, e de outras empresas do município, num

único parcelamento, que seria pago mediante retenções mensais nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. A Prefeitura de São Paulo liquidou o parcelamento, sendo que a SPTURIS liquidou sua dívida com a Prefeitura de São Paulo. No entanto, tendo em vista (i) que a quitação da receita federal ocorria a partir dos débitos mais antigos, e que (ii) dependendo da época da dívida de cada empresa, algumas eram favorecidas em detrimento de outras, fez-se necessário um equacionamento das dívidas, o que ocorreu em 2016, apuando-se que a SPTURIS ainda devia R\$ 6.187 mil, sendo R\$ 1.636 mil no circulante e R\$ 4.551 mil no não circulante para outras empresas do município

A redução do nível de atividades em razão da perda dos principais clientes para cessões de áreas, aliada à conjuntura recessiva, refletiu, também, no nível de atividade da Companhia, reduzindo os gastos com fornecedores, adiantamentos de clientes e outras exigibilidades.

2015 em relação a 2014

Houve redução dos adiantamentos de clientes. O motivo mais relevante foi a migração de cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para áreas da concorrência.

Passivo não Circulante

2017 em relação a 2016

A variação mais relevante foi na readequação das estimativas em provisões para contingências, havendo uma redução.

2016 em relação a 2015

O aumento mais relevante decorre do provisionamento da ação da São Paulo Transportes S/A, empresa também controlada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que demandou a SPTURIS por cobrança de transportes de integrantes de escolas de samba nos Carnavais dos anos 1984 a 1997. O provisionamento decorre do andamento da ação de execução.

2015 em relação a 2014

Houve redução no Acordo INSS/PMSP, o qual foi parcialmente quitado, em relação à dívida com à PMSP, quitando-se R\$ 39.902 mil mediante débito à conta da acionista majoritária, em absorção de prejuízos acumulados.

Houve redução nas cessões de áreas a realizar. O motivo mais relevante foi a migração de cessionários de áreas do Complexo do Anhembi para áreas da concorrência.

Patrimônio Líquido

Em 2017, houve um aumento dos recursos aportados pela acionista majoritária, Prefeitura de São Paulo, bem como a reclassificação dos recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, para o grupo de reservas de capital.

Também houve reversão de provisões para contingências, acarretando prejuízo menor em 2017 em relação a 2016.

Em 2016, houve um aumento dos prejuízos acumulados na ordem de R\$ 62.123 mil, sendo que a provisão para a ação contra a SPTrans representou R\$ 50.732 mil. Em trabalho realizado pela consultoria externa, de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016, foram identificadas possíveis contingências fiscais, sendo que a Administração da Companhia entendeu que deveriam ser reconhecidas as seguintes: (a) PIS e COFINS - R\$ 6.106 mil, (ii) IRPJ e CSL - R\$ 268 mil, e (iii) encargos trabalhistas - R\$ 2.025 mil. O valor de R\$ 6.200 mil, relativos a depósitos judiciais ativados, foram transferidos para despesas, por conservadorismo, e orientação de nossos auditores, diante dos controles que foram considerados insatisfatórios.

Em 2015, houve uma redução dos prejuízos acumulados em razão de sua compensação com créditos da acionista majoritária, no valor de R\$ 39.902 mil. Também, como parte da variação, temos que considerar R\$ 13.769 mil de prejuízo, no exercício de 2015.

A seguir estão descritas as principais variações nas contas de resultado da Companhia:

	2.017	AV	2.016	AV	2.015	AV
Receita Operacional Líquida	117.679	100%	184.917	100%	194.579	100%
Custo dos Serviços Prestados	-72.029	-61%	-92.532	-50%	-120.253	-62%
Resultado Bruto	45.650	39%	92.385	50%	74.326	38%
Despesas Operacionais	-62.238	-53%	155.013	-84%	-85.886	-44%
Despesas administrativas	-66.201	-56%	158.782	-86%	-83.143	-43%
Outras receitas (desp.) operacionais líquidas	3.963	3%	3.769	2%	-2.743	-1%
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	-16.588	-14%	-62.628	-34%	-11.560	-6%
Despesas financeiras líquidas	-4.465	-4%	-5.522	-3%	-1.487	-1%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-21.053	-18%	-68.150	-37%	-13.047	-7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0%	-282	0%	-722	0%
Lucro líquido (Prejuízo) do	-21.053	-18%	-68.432	-37%	-13.769	-7%



Exercício							
-----------	--	--	--	--	--	--	--

Receita Operacional Líquida

Em 2017, as receitas de locações reduziram em 37,8% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo reduziram em 35,2%, em relação ao ano anterior. A receita líquida reduziu em 36,4%.

Em 2016, as receitas de locações reduziram em 33,1% e as de eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo aumentaram em 10,3%, em relação ao ano anterior.

Em 2015, as receitas de locações aumentaram em 12,6% e as de eventos para a Prefeitura de São Paulo reduziram em 8,5%, em relação ao ano anterior.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2017, os custos dos serviços prestados reduziram em 22,2% em relação ao ano anterior.

A partir de 2016, é apresentada a conta de Custo dos Serviços Prestados comparativamente com o saldo de 2015. Verificou-se uma redução de 23,1%, o que pode ser explicado pela redução do nível de atividade, já que houve redução de receitas de locações.

Despesas Operacionais

Em 2017, houve uma redução no grupo de despesas administrativas em 58,3% em relação ao ano anterior, sendo que 65,9% desta redução deveu-se à redução na provisão para contingências cíveis, 11,8% à redução de provisões fiscais, e 11,9% à redução de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Portanto, a redução de despesas administrativas atribuíveis às demais contas foi de 10,2%.

Em 2016, houve um aumento das despesas administrativas em 86%, sendo que 61% refere-se à provisão da ação da SPTrans. Provisões fiscais contribuíram com 10% do aumento e reversão de depósitos judiciais em 7%. Também houve aumento no item remunerações, tendo em vista as indenizações do Programa de Demissão Voluntária.

Em 2015, a variação principal ocorreu na constituição de provisões para perdas nos créditos de contas a receber por serviços prestados a acionistas da acionista majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo, e provisão para honorários de sucumbência para perda em ação judicial movida por empresa também da acionista majoritária, a SPTrans.

Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro

Despesas Financeiras Líquidas

Em 2017, houve uma redução da taxa Selic: 14,0284% em 2016 para 9,9556% em 2017, sendo que 58% da variação das despesas financeiras líquidas, em relação ao ano anterior, decorreram de atualizações de passivos atrelados à taxa Selic.

Em 2016, houve redução das aplicações financeiras, reduzindo-se as receitas correspondentes. O saldo médio das aplicações financeiras de liquidez imediata em 2016 foi de R\$ 9.605 mil e, em 2015, R\$ 27.037 mil.

Em 2015, houve uma redução das despesas financeiras em razão da quitação da dívida PMSP/INSS.

10.2. – Resultado Operacional e Financeiro

a) Resultado das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	2017	2016	2015
Cessões de áreas para eventos	40.786	65.666	90.923
Estacionamento	5.148	8.177	12.540
Produção de eventos	82.147	127.655	112.363
Outras receitas	8.527	8.137	386
Total das Receitas	136.608	209.635	216.212
Impostos e deduções *	(18.929)	(24.718)	(23.832)
Receita operacional líquida	117.679	184.917	194.579

- Nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, ainda ocorreram os efeitos dos cancelamentos de contratos de cessões de áreas firmados em anos anteriores, que também refletem nas receitas do estacionamento. Também houve redução na receita de produção de eventos face à política de contenção de despesas do nosso principal cliente, a Prefeitura do Município de São Paulo.

Em 2016, ainda ocorreram os efeitos dos cancelamentos de contratos de cessões de áreas firmados em anos anteriores, que também refletiram nas receitas do estacionamento. A Companhia e a PMSP buscam acelerar as definições administrativas para tentar a recuperação do Pavilhão, que, no momento se propõe pela privatização. As incertezas quanto aos modelos de desestatização ou continuação administrativa geraram incertezas para os clientes cujos eventos demandam longo prazo de maturação. Estes eventos são os que mais geram receitas e margens de lucro. Por sua vez, houve um esforço na obtenção de receitas em outros segmentos, principalmente para eventos para a Prefeitura Municipal de São Paulo.



Não ocorreram efeitos relevantes nos resultados operacionais atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico brasileiro negativo durante 2015. Quanto à receita de produção de eventos, já houve uma redução de 8,5% de 2014 para 2015.

Ainda, a Companhia deve atender à Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações) para celebração de contratos para suas operações, o que faz com que o desenvolvimento da infraestrutura, a aquisição de novas tecnologias, a contratação de mão de obra, a obtenção de treinamentos, entre outros bens e serviços, sejam fatores que a oneram em relação à concorrência nas atividades de mercado.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Não ocorreram efeitos relevantes nas receitas atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico brasileiro, em relação a cada um dos três últimos exercícios.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia

Não ocorreram efeitos relevantes no resultado operacional e resultado financeiro da Companhia atribuíveis a fatores conjunturais do cenário macro econômico em relação a cada um dos três últimos exercícios, sobre insumos e produtos.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados nas Demonstrações Financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c) Eventos ou operações não usuais

Durante o ano de 2017, foram feitas provisões para dissídio e encargos, em razão do julgamento favorável, aos empregados da Companhia, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Também foram reconhecidas verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição decorrentes de rescisões a partir de 01/02/2017, de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa.

Ainda, a Companhia arcou com o recolhimento da taxa de R\$ 2.714 mil ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, em razão de ser considerada como Polo Gerador de Tráfego.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfase presente no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Com relação à 2016, reproduzimos a nota explicativa nº 4 do balanço.

Reapresentação dos saldos de exercícios anteriores

Na publicação das Demonstrações Financeiras de 31/12/2016 houve entendimento de que havia necessidade da reapresentação da demonstração financeira comparativa de 31 de dezembro de 2015, conforme disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações.

Os impactos na demonstração financeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram os seguintes:

- Reclassificação de cheques pendentes de caixas e equivalentes caixas para outros valores a receber;
- Reclassificação das contrapartidas de contas a receber de contratos de cessões de áreas a realizar do passivo como retificadoras das contas a receber circulante;
- Reclassificação de outros valores a receber para melhor discriminação como tributos a recuperar;
- Reclassificação de adiantamentos de clientes para recursos municipais para eventos, para melhor discriminação, quanto a natureza destes adiantamentos para eventos da Prefeitura.

Contas	Saldos conforme publicados anteriormente	Saldos reclassifica dos	Saldo reapresenta dos
Caixa e equivalentes caixa	31.177	(27) C	31.150
Contas a receber de clientes	36.545	(14.790) C	21.755
Outros valores a receber	4.527	(3.982) C	545
Tributos a recuperar	-	4.009 D	4.009
Contas a receber de	47.546	(47.546) C	-

clientes				
Cessões de áreas a realizar CP	44.253	(44.253) D		-
Autódromo de Interlagos	1.065	(1.065) D		-
Outras exigibilidades	7.149	(6.364) D		785
Recursos municipais	-	7.405 C		7.405
Adiantamentos de clientes CP	-	26.600C		26.600
Empresas municipais	-	24 C		24
Cessões de áreas a realizar LP	55.632	(55.632)D		-
Adiantamentos de clientes LP	-	10.949 C		10.949

Com relação às Demonstrações Financeiras de 31/12/2015, reproduzimos a nota explicativa nº 4 do balanço:

“Até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram registrados, na rubrica Clientes, os contratos de cessões de áreas do Complexo do Anhembi que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes, em contrapartida à conta de passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados”. No entanto, como mencionando anteriormente, em 31/12/2016, voltamos às práticas tradicionalmente adotadas até 31/12/2014.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2016, voltamos às práticas anteriores a 2015, tendo em vista que, justamente nestes anos de 2015 e 2016, ocorreu um grande número de cancelamentos, sem precedentes, tendo sido cerca de 70% dos contratos cancelados, sendo que a tese da realização de receitas de longo prazo e de um fluxo de caixa seguro deixou de existir. Estas alterações não se aplicaram a contas de resultado.

Em 2015, em razão da mudança de prática, entendemos que ficou melhor evidenciado o volume de atividade de cessões de áreas do Complexo do Anhembi. A adoção da nova prática pode ter fornecido uma visão de longo prazo mais clara quanto à realização dos fluxos de caixa desta atividade. As análises comentadas em itens anteriores trazem uma melhor noção do volume de receita futura que poderá perder para a concorrência, caso sua estrutura não seja reformada.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 2017 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:



“A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 21.053. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$68.432 em 31 de dezembro de 2016) e que, naquela data, o patrimônio na rubrica de prejuízos acumulados as perdas acumuladas de R\$241.237 (R\$221.468 em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr. 24, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.”.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo de 2016 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

“A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 68.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$16.042, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas Explicativas nrs. 04 e 25, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos da **São Paulo Turismo S/A.** foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.”.

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo de 2015 conteve parágrafo de ênfase, conforme abaixo:

“A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o exercício de 2015 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, não foi elaborado laudo por entidade independente para o exercício de 2015, quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de *impairment*), conforme regulamentado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”), o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou alienação relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser

recuperável e durante nossos testes observamos que esses itens podem estar contabilizados com valores inferiores aos de mercado.”.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Provisão para Contingência

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos dos Carnavais de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 57.184 mil, passou a ser avaliado integralmente, em 31/12/2016, de possível para provável perda.

Em 27/01/2016, por meio de ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que, juridicamente, não haveria óbice na realização de acordo, sendo que foi considerado, no Balanço encerrado em 31/12/2015, que, embora tenha havido a perda da ação judicial, não era provável que uma saída de recursos fosse exigida para liquidar a obrigação. Portanto, não foi constituída, à época, a provisão para o referido processo. Mesmo assim, a PGM orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista que a condenação imposta pela 14ª Vara Cível da Capital foi posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, registrou na Provisão para Contingência o montante de R\$ 6.451 mil, equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016, foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste, com a conseqüente extinção do processo, e prevendo que os honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõem o acordo.

No entanto, em 31/12/2016, foi aumentada a provisão com a SPTrans em de R\$ 50.732 mil em face do potencial desembolso, considerando a situação do andamento da ação de execução.

Em 31/12/2017, foi reduzida a provisão em R\$ 10.695 mil em razão de retificação de cálculos, com a concordância do SPTRANS.

Em 2016, em trabalho de consultoria externa de revisão contábil, sobre os períodos de 2012 a 2016, foram identificadas possíveis contingências fiscais, que a Administração entendeu que



deveriam ser reconhecidas, sendo as seguintes: (i) PIS e COFINS - R\$ 6.106 mil IRPJ e CSL 268 mil e (iii) encargos trabalhistas - R\$ 2.025 mil.

Em 2017, em revisão ao referido trabalho, nossos consultores internos verificaram uma redução do risco para encargos trabalhistas e PIS e COFINS, reduzindo-se a provisão fiscal em R\$ 2.525 mil.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não mantém contratos de arrendamento operacional.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixados sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade que não estejam registradas no passivo.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui contratos de futura compra de produtos ou serviços.

iv. Contratos de construção não terminada

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei nº 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTURIS executaria reformas e melhorias no Complexo do Anhembi, mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido, até 31/12/2017, o montante de R\$ 12.522 mil e aplicados R\$ 11.224 mil em obras.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

- b) **Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

- c) **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

10. 8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) **Investimentos, incluindo:**

Não se aplica.

- i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não se aplica.

- ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**

Não se aplica.

- iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Tendo em vista que a grande perda de clientes em 2015 e 2016 foi motivada por (i) incertezas, por parte de clientes da SPTURIS, quanto às obras que seriam realizadas no Complexo do Anhembi, e, ainda, (ii) a oferta, pela concorrência, de novas opções de espaço aos clientes, a busca de recursos do PAC é uma das frentes em que a Administração da Companhia busca o retorno dos clientes, atendendo aos requisitos de infraestrutura e, também, aliada a uma política de preços que atraia eventos de novos segmentos, para aumentar a taxa de ocupação do Complexo do Anhembi. Vide subitem iv do item 10.6.



10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Entendemos, no nosso melhor conhecimento, que o empenho na realização de eventos para a Prefeitura de São Paulo, bem como a busca de ocupação das áreas menores, como o Palácio, compensou, em parte, a queda de receitas com o Pavilhão de Exposições em 2016, observado que os eventos são importantes para a promoção do Turismo e toda a renda relacionada gerada na cidade.

Em 2017 houve uma redução do volume de serviços prestados à Prefeitura de São Paulo.